



Folha nº:
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 01-264034/2025

PARECER Nº. 055/2025-DP-4

DISPENSA DE LICITAÇÃO – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CONSUMO - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 13.303/2016 e do REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de dispensa de licitação para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E CONSUMO**, conforme descrito no estudo técnico preliminar e respectivo termo de referência acostados nos movs. 2.2 e 2.3.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito termo de referência, conforme norma contida no inciso II, do artigo 29 da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016), visto que o objeto da presente se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação, haja visto que a contratação do serviço a ser realizado não ultrapassa o limite legal estabelecido no citado dispositivo legal.

A dispensa da licitação se aplica quando, embora viável a competição, a licitação é inadequada ao interesse público e evidencia, assim, a sua discricionariedade, caracterizando-se como uma liberdade concedida à administração para, com base em juízo de conveniência e oportunidade, optar entre realizar ou não a licitação.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, estando o procedimento de



Folha nº:
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

dispensa regularmente instruído com estudo técnico preliminar e termo de referência, onde se constata a justificativa quanto a necessidade dos produtos, a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (mov. 2.9), a autorização da Diretoria Executiva acostado mov. 2.6.

De igual forma, observa-se que, foram acostados ao processo pesquisa de preços para os serviços em tela, demonstrando que estão de acordo com a prática de mercado, e ainda, que os valores apresentados são compatíveis com o limite legal estabelecido para a dispensa de licitação.

De igual forma, o procedimento foi alvo da análise e parecer do Controle Interno da Companhia, conforme parecer de mov. 3.11, pelo que se constata a regularidade sob todos os aspectos, não havendo óbice jurídico para sua execução.

Diante disto, entende essa Supervisão Jurídica não haver óbice para que sejam contratados os serviços em tela, mediante dispensa de licitação fundamentada nas disposições do Inciso II, do artigo 29 da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016), remetendo o presente para Comissão de Licitação para dar continuidade ao presente.

Curitiba, 12 de novembro de 2025.

Sandra Regina S. Romaniello
Supervisora Jurídica
OAB-PR 18.190

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-264034/2025 - por Daidson José Mourões - Matrícula 599 em 13/03/2025 às 09:44:55